



#5

**Noviembre
2021**

Transiciones del siglo XXI y **China**

**China y
perspectivas
post pandemia
IV**

Boletín del
Grupo de Trabajo
**China y el mapa
del poder mundial**



CLACSO

PARTICIPAN EN ESTE NÚMERO

Elias Jabbour
Ruvislei González Saez
Laura Bogado Bordazar
Ludmila Cortizas
Juan Cruz Margueliche
Tulio Cariello
Lourdes Regueiro Bello
Wagner Iglecias

Transiciones del Siglo XXI y China: China y perspectivas post pandemia IV / Elias Jabbour ... [et al.]; coordinación general de Gabriel E. Merino; Lourdes María Regueiro Bello; Wagner Tadeu Iglecias; editado por Wagner Tadeu Iglecias. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

Libro digital, PDF - (Boletines de grupos de trabajo)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-055-2

1. China. 2. Liderazgo. I. Jabbour, Elias. II. Merino, Gabriel E., coord. III. Regueiro Bello, Lourdes María, coord. IV. Iglecias, Wagner Tadeu, coord.

CDD 303.4909



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Colección Boletines de Grupos de Trabajo

Director de la colección - Pablo Vommaro

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Secretaria Ejecutiva

María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Gustavo Lema - Director de Comunicación e Información

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory - Gestión Editorial

Nicolás Sticotti - Fondo Editorial

Equipo

Natalia Gianatelli - Coordinadora

Cecilia Gofman, Giovanni Daza, Rodolfo Gómez, Teresa Arteaga
y Tomás Bontempo.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito
que establece la Ley 11723.

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento
en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier
medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo
del editor.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios
y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y
su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría
Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacso@clacsoinst.edu.ar> |

<www.clacso.org>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia
Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi.

La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre
el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones
e interpretaciones expresadas.

Coordinadoras/es

Gabriel Esteban Merino

Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales
Universidad Nacional de La Plata - Consejo Nacional de
Investigaciones Científicas y Técnicas
Argentina

gabrielmerino23@gmail.com

Lourdes María Regueiro Bello

Centro de Investigaciones de Política Internacional
Cuba

regueirolourdes@gmail.com

Wagner Tadeu Iglecias

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
Universidade de São Paulo
Brasil

w16@usp.br

Editor: Wagner Iglecias

Contenido

5 O ocidente e as “três grandes transições” na economia chinesa

Elias Jabbour

10 La solicitud de ingreso de China al CPTPP y la reconfiguración geopolítica asiática

Ruvislei González Saez

17 La intensidad de la política demográfica de la República Popular China

Laura Bogado Bordazar

25 China en la agenda ambiental

Entre el liderazgo internacional y el cambio climático

Ludmila Cortizas

Juan Cruz Margueliche

31 Entrevista a Tulio Cariello

Director de Investigación del Consejo Empresarial Brasil-China

Lourdes Regueiro Bello

Wagner Iglecias

O ocidente e as “três grandes transições” na economia chinesa

Elias Jabbour*

Preâmbulo

A ideia aqui neste pequeno ensaio é o de lançar as primeiras impressões sobre alguns desafios chineses desde um ponto de vista mais holístico. Acredito que um dos limites das explicações recorrentes sobre as contradições recentes da economia chinesa tem o limite de guardar explicações não sistêmicas, basicamente conjunturais e não como parte de movimentos estruturais operados pela própria governança chinesa e seu Partido Comunista. Apresentarei aqui uma primeira aproximação do que passei a chamar de as “três grandes contradições”. Esta abordagem abre condições a uma abordagem mais de fundo, envolvendo – principalmente – determinados pontos e desafios como parte de algo mais de fundo: a dinâmica do que temos chamado de nova formação econômico-social.

Interessante sinal dos tempos. Quem abre o caderno de economia de algum jornal ocidental, por algum momento, terá a impressão de que a

* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e em Ciências Econômicas (PPGCE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Grupo de Trabalho CLACSO China y el mapa del poder mundial.

economia chinesa está à beira de um colapso. Isso porque as previsões de crescimento do PIB chinês, segundo a Goldman Sachs, caíram dos iniciais 8,2% para 7,8%. O detalhe é que nenhuma economia capitalista do mundo desenvolvido crescerá acima de 5,7%.

Os analistas ocidentais não aprendem com seus próprios erros. Há cerca de trinta anos que, de uma forma ou de outra, eles estão prevendo o “colapso” do modelo chinês. A eles democracia liberal e desenvolvimento econômico são duas faces da mesma moeda. É como uma religião. Ou uma repetição piorada do que Marx chamava de “economia vulgar”. Ou seja, economistas que lutam e ganham a vida para defender o indefensável. Ou simplesmente mentir. A mentira é como uma profissão de fé de economistas liberais...

No caso chinês as razões para o “colapso iminente” estão relacionadas seja com os problemas energéticos recentes ou com a “falta de confiança” diante da execução do programa de “prosperidade comum” comandada pelo presidente chinês. É provável de os Estados Unidos lançaram uma campanha internacional pelo “direito à desigualdade” diante da ameaça real ao capitalismo que a China propõe caso os objetivos em torno da “prosperidade comum” sejam alcançados.

Na luta política não existem coincidências. Estamos diante de uma “tempestade semiótica” encampada por intelectuais orgânicos do imperialismo norte-americano espalhados pelo mundo. O objetivo não é somente difamar a experiência chinesa, como fizeram no passado em relação à União Soviética. O objetivo é criminalizar intelectuais que demonstrem alguma simpatia para com as conquistas recentes da Revolução Chinesa, fechando espaços para opinião tanto na universidade quanto na imprensa a esses intelectuais – incluindo esse que vos escreve. Como explicar a clara invisibilidade imposta ao grande feito chinês da erradicação da pobreza extrema – a maior conquista da história humana, em minha opinião?

Enfim, o que penso que está ocorrendo à economia chinesa? Eu observo que as contradições que a China tem enfrentado em sua trajetória

recente de desenvolvimento estão relacionadas com o que chamo de “três grandes transições” pelas quais têm passado o país. Essa noção de “três grandes transições” tem um pressuposto teórico e histórico muito claro relacionado com o fato do processo de desenvolvimento ser algo caracterizado por saltos de um ponto de desequilíbrio a outro. Dada essa característica intrínseca a qualquer processo histórico os processos de desenvolvimento de longa duração são caracterizados pelo lançamento cíclico de inovações institucionais capazes de mediar e superar as contradições geradas pelo próprio processo de desenvolvimento, abrindo – assim – um novo ciclo de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento, como todo processo histórico, é caracterizado por uma sequência de transições condicionadas historicamente. No caso chinês, o sucesso do seu processo de desenvolvimento desde 1978 está justamente na capacidade de o Estado encaminhar soluções rápidas às contradições que foram surgindo ao longo do processo. O que diferencia o momento atual dos anteriores é que a China está passando por um processo onde três transições estão ocorrendo no país de forma simultânea. Isso tem exigido máxima concentração de energias da governança chinesa em um ambiente externo de pressão imperialista e de grandes questões internas.

O *slogan* da “prosperidade comum” na verdade é a síntese das grandes soluções encaminhadas pelo Partido Comunista da China aos desafios anexos às “três grandes transições”. De um ponto de vista mais histórico e estratégico, estamos diante do que Friedrich Engels chamava de “dores do parto do nascimento de uma nova sociedade”. O socialismo é uma realidade em constante mutação qualitativa na China, ainda em seus primeiros passos.

A primeira transição tem relação com o desafio de reduzir as emissões de carbono em uma economia altamente dependente desta forma de gerar energia. Existe uma necessária coordenação entre os objetivos traçados pelo governo chinês com as demandas da economia real.

A segunda transição também é muito desafiadora, pois está relacionada com um ciclo de inovações institucionais caracterizada pela mudança dos esquemas de propriedade no país. Explico melhor. Em recentes artigos escritos por mim, e publicados no Brasil e no exterior, eu tenho colocado que as reformas econômicas iniciadas em 1978 fizeram emergir na China uma nova classe de formações econômico-sociais, o “socialismo de mercado”. Uma das características fundamentais desta “nova formação econômico-social” é a convivência de diversas formas de propriedade, sendo a propriedade pública a dominante.

Ao longo dos últimos quarenta anos a continuidade do processo de desenvolvimento chinês foi garantida por ondas de inovações institucionais que iam reorganizando o papel do Estado e das outras formas de propriedade no processo de desenvolvimento. Percebi em minhas pesquisas que de um lado o papel do Estado cresceu do ponto de vista qualitativo, ou seja, elevou sua capacidade de intervenção na realidade. Por exemplo. Por outro lado, o setor privado elevou seu papel do ponto de vista quantitativo. Ou seja, surgiu ao longo das últimas décadas um poderoso setor público na economia chinesa ao lado de um gigantesco setor privado.

No atual estágio de desenvolvimento atingido pela China este tipo de onda de inovações institucionais já não tem como entregar os mesmos efeitos positivos dos momentos anteriores. O próprio governo chinês percebeu isso e lançou mão de um ciclo de inovações institucionais de novo tipo, visando um salto de qualidade nos próprios esquemas de propriedade no país. Trata-se de um processo nada tranquilo, digamos assim.

Ou seja, a substituição da propriedade privada em alguns setores (educação, saúde e imóveis) pela propriedade e/ou regulação pública é um processo nada fácil diante da própria novidade que este tipo de transição enseja. É muito diferente socializar os meios de produção em um ambiente de ruína econômica (por exemplo, Rússia em 1917 e China em 1949) em comparação com uma economia onde existem imensos monopólios privados do porte da Evergrande.

A “terceira grande transição” é o que tenho chamado de “desafio da produtividade”. O país está em transição a novas e superiores formas de acumulação e de planificação econômica com o claro objetivo de alcançar tanto elevação da produtividade do trabalho quanto soberania tecnológica. Este desafio tem um componente político nada trivial: a oposição firme e violenta imposta pelo imperialismo norte-americano diante da possibilidade de a China ter acesso às tecnologias em torno dos chamados microchips.

É pela ótica dessas “três grandes transições” que acredito que devemos observar o comportamento da economia chinesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Jabbour, Elias; Dantas, Alexis; Espíndola, Carlos. “China and Market Socialism: A New Socioeconomic Formation”. *International Critical Thought*, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.
- Jabbour, Elias; Paula, Luis Fernando. Socialization of Investment and Institutional Changes in China: A Heterodox Approach. *Forum for Social Economics*, 2020.
- Jabbour, Elias; Paula, Luis Fernando. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*. v. 22, n. 1, p. 1-23, 2018

La solicitud de ingreso de China al CPTPP y la reconfiguración geopolítica asiática

Ruvislei González Saez*

El impulso del tratado de Asociación Transpacífico (TPP) bajo la administración estadounidense de Barack Obama denotó la proyección del pivote asiático con el propósito básico de evitar que China tomara el liderazgo en las reglas del comercio mundial. Junto a Washington se enrumbaron Australia, Brunei, Canadá, Chile, Japón, Malasia, México, Nueva Zelanda, Perú, Singapur y Vietnam. Sin embargo, el arribo de Donald Trump a la presidencia en 2017 condujo al retiro estadounidense del TPP, mientras, Japón y el resto decidieron continuar y transformarse en el Acuerdo Progresivo e Integral de Asociación Transpacífico (CPTPP).

Tras la finalización de las negociaciones, los restantes miembros dejaron abierta la posibilidad del ingreso de China y el retorno de Estados Unidos. En ese sentido el 16 de septiembre de 2021, Beijing solicitó formalmente su ingreso al CPTPP. La nación asiática en el contexto actual impulsa las

* Jefe de Equipo de Asia y Oceanía y miembro del Consejo Científico del Centro de Investigaciones de Política Internacional de Cuba. Integrante del Grupo de Trabajo CLACSO China y el mapa del poder mundial.

tendencias de apertura, aun cuando se perciba un aparente cierre de su economía como medida de protección por la Covid-19. Para entender esta supuesta contradicción, hay que analizar el modelo de desarrollo de economía de doble circulación que promueve Beijing y su voluntad de concretar la Asociación Económica Regional Integral (RCEP).

China también está impulsando en el marco del Foro Económico Asia Pacífico (APEC) la creación de un Acuerdo de Libre Comercio Asia Pacífico (ALCAP). Sin embargo, aunque Beijing está consciente de la escasa oportunidad de concreción actual, una alternativa para avanzar en ello es incorporándose al CPTPP que cuenta con integrantes asiáticos y latinoamericanos, sin hablar de los que ya han mostrado su voluntad en adherirse. Corea del Sur, Filipinas, Tailandia y el Reino Unido expresaron entre febrero y octubre de 2021 el deseo de unirse al CPTPP. Este último incluso recibió el visto bueno para iniciar las negociaciones en junio de 2021, pero la mayor atención la recibió el territorio de Taiwán al anunciar incorporarse al megacuerdo luego de la decisión china.

La solicitud oficial china de ingresar al CPTPP mediante procedimiento de entrega de la petición al depositario del megacuerdo, Nueva Zelanda, valida su posición con respecto a la apertura. Beijing ya tiene acuerdos con siete de los 11 miembros del CPTPP, que también participan en RCEP. Por tanto, su ingreso implicaría la ampliación de su relacionamiento fundamentalmente con los países americanos miembros.

Desde 2013, Beijing estuvo estudiando detenidamente el proceso de negociaciones del TPP. En 2020, durante la cumbre virtual de APEC, el presidente Xi Jinping expresó que China consideraría la posibilidad de unirse al grupo comercial regional. El proceso se intensificó a principios de 2021, cuando el Consejo de Estado de China nombró un representante de comercio internacional. Este constituye el principal funcionario a cargo de negociaciones de acuerdos comerciales, después de que el puesto estuviese vacante durante más de dos años. En tanto, el ministerio de Comercio chino puso a disposición en su sitio web los textos traducidos de todos los capítulos del CPTPP, las que han sido señales de un seguimiento continuo que culminó con la solicitud formal de adhesión.

A pesar de las preocupaciones sobre su estrategia de “circulación dual” orientada hacia el interior, China ha estado trabajando en el perfeccionamiento de los mecanismos arancelarios, favoreciendo la apertura comercial y de inversión para facilitar la negociación de su entrada al pacto comercial transpacífico. A nivel internacional, esta medida es una continuación de la estrategia de China de ser más activa en la elaboración de normas internacionales, luego de la conclusión del RCEP con sus vecinos asiáticos y el Acuerdo Integral sobre Inversiones con Europa ambos en 2020. (...) Además, es probable que las consideraciones políticas internas impidan que Estados Unidos regrese al CPTPP en el corto plazo. Esto crea una ventana de oportunidad perfecta para que China maniobre su camino hacia un pacto comercial que, irónicamente, fue creado por Estados Unidos para contener a China (Zhou & Gao, 2021).

Por supuesto que debe entenderse que la solicitud de China al CPTPP, no significa de por sí la entrada. Además, en medio de la confrontación sino-estadounidense, algunos de sus aliados manifiestan algunas posiciones resistentes, como el Reino Unido que sin ser miembro aun ya está planteando que hay que poner condiciones. Australia, por su parte, se mueve en la misma sintonía y hasta pudiera utilizar su facultad de veto para impedir su entrada. Este último tendría que evaluar sus costos económicos, que de por sí ya son altos por priorizar la seguridad con Washington en detrimento de las buenas relaciones con su socio económico principal China y principal mercado de exportaciones.

No puede subestimarse y cabría preguntarse hasta qué punto podría aplicarse el artículo 32.10 del Tratado México, Estados Unidos, Canadá (T-MEC), en el que Washington incorporó la cláusula de que los participantes no podrían establecer acuerdos de libre comercio con países considerados como “no economías de mercado”. Si bien desde el 2016 China en el marco de la Organización Mundial del Comercio (OMC) debió ser reconocido como tal, un grupo de países encabezados por el propio Estados Unidos y la Unión Europea (UE) no lo han hecho. Es decir que el ingreso chino al CPTPP deberá enfrentar diversos desafíos.

Es probable que los debates entre los miembros del CPTPP y las dificultades para emprender reformas económicas demandadas obstaculicen la entrada de Beijing en el acuerdo. Sin embargo, en el plazo inmediato, constituye una astuta maniobra diplomática y estratégica en el tablero de ajedrez del Indo-Pacífico. Beijing solicitó formalmente la admisión a través de la Nueva Zelanda antinuclear como depositario un día después del anuncio del pacto AUKUS entre Australia, el Reino Unido y los Estados Unidos que transferirá el submarino nuclear estadounidense a Canberra. (Freeman, 2021)

Económicamente, China puede utilizar el CPTPP como presión externa para impulsar reformas. La membresía china al CPTPP significaría disciplinas sobre empresas estatales, la introducción de nuevos derechos laborales, estándares ambientales más altos, libre flujo de datos y apertura de la contratación pública a la competencia extranjera. Esos son grandes obstáculos para la membresía, pero son consistentes con la agenda de reforma económica de Prosperidad Común de China. (Armstrong, 2021)

La entrada china en el CPTPP en ausencia de los Estados Unidos podría verse como la creación de un “RCEP-II” avanzado, siempre que las cláusulas firmadas en el “RCEP-I” se actualicen para que coincidan estrechamente con las de los capítulos del CPTPP. Un CPTPP ampliado, con la reincorporación de los Estados Unidos y la recién incorporada China, junto con otros participantes deseados de RCEP, podría conducir a un ALCAP. Debería ser bienvenido como un bloque de construcción ideal hacia la estancada búsqueda de la OMC de un multilateralismo con el principio de nación más favorecida. (Choong & Chung, 2021)

Algunos expertos afirman que China está motivada por una agenda de reforma nacional, que hace referencia a los altos estándares del CPTPP. Pero queda por ver cómo lleva a cabo sus reformas internas para cumplir con los requisitos de entrada al CPTPP. En medio de la desafiante e impredecible circunstancia, una pronta conclusión del acuerdo comercial trilateral entre China, Japón y Corea del Sur (CJK), en negociación desde 2012 a pesar de las acrimonias trilaterales intrínsecas, podría ayudar a acelerar la convergencia de los dos megacuerdos. Los líderes del CJK ya

se comprometieron a lograr un “entorno de comercio e inversión libre, no discriminatorio, transparente, predecible y estable” en la Cumbre Trilateral de Chengdu en 2020. (Choong & Chung, 2021)

El ingreso al CPTPP ha devenido en una confrontación geopolítica que trasciende el plano económico-comercial para caer en el político-diplomático. Se abrió un nuevo frente de confrontación entre China y el territorio de Taiwán cuando ambas partes presentaron su solicitud de ingreso al CPTPP. Taipéi presentó su solicitud seis días después que Beijing. Ante la negativa china del ingreso de Taiwán, Japón argumenta que el CPTPP también prevé la posible participación de “territorios aduaneros separados”, fórmula con la que Taipéi ingresó a la OMC.

La brecha a cerrar en el cumplimiento de los estándares CPTPP es mucho más estrecha para Taiwán, y su destreza en semiconductores constituye un caso atractivo para la membresía con el fin de fortalecer las cadenas de suministro. Pero en esta era de competencia entre grandes potencias, el modelo de adhesión a la OMC (con la entrada de China y Taiwán coreografiados en secuencia) probablemente no se mantendrá. La geopolítica ha descendido con toda su fuerza al CPTPP (Solís, 2021).

La administración de Biden ha indicado que no buscará la membresía de CPTPP. Sin embargo, Beijing ha puesto en evidencia la ausencia de Washington en los grandes acuerdos comerciales regionales, que están profundizando cada vez más la integración económica asiática. A pesar de los impactos socioeconómicos negativos que pueden generar el CPTPP para Estados Unidos y la negativa de este de entrar por diversas razones, lo cierto es que Washington no tiene una respuesta económica para poder evitar el avance chino.

La decisión china de solicitar ingreso al CPTPP debería ser un recordatorio agudo tanto para los republicanos como para los demócratas de que si Estados Unidos se toma en serio competir con China en el Indo-Pacífico, debe enfrentar una realidad central: habiéndose retirado del TPP, Estados Unidos todavía no tiene una estrategia comercial para respaldar su postura militar en la región. China es el principal socio comercial de

muchos países del Indo-Pacífico. El tamaño de la economía de China, así como su ambición militar y geoestratégica, significa que Beijing estará en el centro del debate sobre todos los problemas regionales y globales del siglo XXI, desde el cambio climático hasta el comercio. Su capacidad para influir en los resultados de esos problemas estará determinada por el grado y la eficacia del compromiso de Estados Unidos. (Groser, 2021)

Conclusiones

La decisión china de incorporarse al CPTPP mueve el tablero de ajedrez geopolítico asiático y promueve su reconfiguración. A la vez, determina la relevancia asiática y particularmente de una China en ascenso cada vez más proactiva y dispuesta a asumir su participación en los principales mecanismos de la región.

Beijing tiene claridad de que su ingreso al CPTPP no será fácil, especialmente a partir de las posiciones de algunos de sus miembros. También es relevante que el solo hecho de proceder al proceso formal de ingreso, es un compromiso chino con la apertura.

En cualquier caso, la solicitud para unirse al CPTPP conducirá a cambios interesantes en la dinámica regional, incluidos ajustes a las estrategias económicas y políticas de muchos países. Aunque algunos han puesto en duda la posibilidad de que China se comprometa a hacerlo, argumentando que las empresas estatales no podrían operar bajo las fuerzas del mercado; hay que tener en cuenta que la nación asiática se benefició considerablemente de la reforma económica emprendida después de su adhesión a la OMC.

Unirse al CPTPP puede ser otro momento decisivo para China. No debe olvidarse que el avance del TPP transformado en CPTPP se desarrolló en el marco de la APEC. El ingreso al CPTPP y la percepción del interés de otros miembros de la APEC, puede ser el camino para poder concretar a futuro la propuesta china del ALCAP.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Armstrong, Shiro (2021). ¿Qué hay detrás de la apuesta de China por entrar al CPTPP? Recuperado en: <https://asialink.americaeconomia.com/columna/que-hay-detras-de-la-apuesta-de-china-por-entrar-al-cptpp>.

Chong Yong Ahn & Chung-Ang (2021). The complexities of China's CPTPP entry. Recuperado en: <https://www.eastasiaforum.org/2021/03/26/the-complexities-of-chinas-cptpp-entry/>.

Freeman, Carla (2021). How Will China's Bid to Join a Trans-Pacific Trade Pact Affect Regional Stability? Recuperado de: <https://www.usip.org/publications/2021/10/how-will-chinas-bid-join-trans-pacific-trade-pact-affect-regional-stability>.

Groser, Tim (2021). The U.S. Has a Way Back on Pacific Trade. Recuperado en: <https://www.wsj.com/articles/america-tpp-china-japan-indo-pacific-trade-influence-11632931688>.

Solís, Mireya (2021). China moves to join the CPTPP, but don't expect a fast pass. Recuperado en: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/09/23/china-moves-to-join-the-cptpp-but-dont-expect-a-fast-pass/>.

Zhou, Weihuan & Gao, Henry (2021). China's entry to CPTPP trade pact is closer than you think. Recuperado en: <https://www.unsw.edu.au/news/2021/09/china-s-entry-to-cptpp-trade-pact-is-closer-than-you-think>.

La intensidad de la política demográfica de la República Popular China

Laura Bogado Bordazar*

La política demográfica de China se ha caracterizado por ser estrictamente programada, cuyas variaciones se produjeron casi desde los inicios de la conformación de la República Popular China en 1949. Para comprender su dinámica es necesario analizar algunos de sus ejes, tales como: (i) el crecimiento vegetativo, (ii) la expectativa de vida (longevidad) (iii) la distribución geográfica de la población y (iv) las migraciones internas e internacionales. Cada uno de los cuales tuvo sus características propias y sus modificaciones en función de otras variables económicas y sociales que explicaremos a continuación.

A partir de 1949, la política demográfica fue parte de una política de estado más amplia que tenía como objetivo la consolidación de un nuevo proyecto de país y la reconstrucción de un tejido social que se encontraba

* Doctora en Relaciones Internacionales (Universidad Nacional de La Plata, Argentina). Docente e investigadora del Instituto de Relaciones Internacionales (IRI), UNLP. Secretaria académica de la Maestría en Relaciones Internacionales (UNLP). Coordinadora del Dpto. de América Latina y el Caribe e integrante del Centro de Estudios Chinos (IRI). Miembro del Grupo de Trabajo CLACSO China y el mapa del poder mundial. Email: lbogadobordazar@gmail.com.

destruido, con alta desigualdad y extremadamente empobrecido, luego de siglos imperialismo y de haber sufrido una historia más reciente de humillación y dominación internacional¹. Históricamente el país presentó una masa poblacional muy grande con una dinámica de crecimiento relativamente alta y una densidad concentrada en las áreas rurales, la cual representaba a principios del siglo XX el 89 % del total de la población. Teniendo en cuenta este dato, no fue casual que Mao Zedong identificara a las masas campesinas como la base de la estructura de las fuerzas que lideraron desde los inicios la revolución comunista (Bogado & Staiano, 2021), otorgándole al campesinado la priorización del papel revolucionario y transformador hasta la declaración del nuevo orden social y político que fuera conducido por el Partido Comunista de China (Gernet, 1991).

De esta manera, la cuestión demográfica fue un tema al cual se le ha prestado mucha atención desde siempre y ha sido considerada como una variable de ajuste y de planificación tanto en aspectos vinculados al desarrollo de la sociedad como a la economía del país. Sobre finales de la década del sesenta el dilema demográfico se profundizó, ya que la población continuaba aumentando sin presentar un correlato en el crecimiento económico. La escasez alimentaria también fue un problema destacado. En este contexto se estableció la política de un solo hijo (1979), con el fin de regular uno de los ejes de la variable demográfica y comenzar a disminuir paulatinamente la población. Sin embargo esta limitación significó un problema importante para las familias rurales, para quienes era necesario contar con la fuerza laboral para las tareas del campo; de manera tal que en ciertas regiones y para algunas minorías étnicas las excepciones a la estricta política de natalidad debieron ser permitidas.

Esta política de “hijo único”, que perduró durante más de tres décadas, alivió la superpoblación del país asiático, pero trajo consecuencias que, evaluadas a mediano y largo plazo no fueron tan positivas para la sociedad. Tal fue el caso de la “selectividad” de los nacimientos en función del

¹ Un siglo de humillación que se extiende desde la primera guerra del Opio (1938) hasta la fundación de la República Popular China (1949).

sexo, lo cual fue generando cierta preferencia por género en la sociedad. Esta selección por los hijos varones trajo como consecuencia las prácticas de los abortos selectivos (ilegales) poniendo en riesgo la vida de miles de mujeres que bajo presión social se sometían a estas prácticas. Otro de los efectos fue la conformación de núcleos familiares muy reducidos, los cuales también generaron limitaciones a la hora de emprender las cadenas de cuidados tanto para los niños como para los mayores. Por otro lado y como una circunstancia colateral, las mujeres comenzaron a desempeñarse en actividades laborales remuneradas fuera del hogar, con progresos visibles en el desarrollo profesional, sobre todo de las generaciones más jóvenes, lo cual también se ajustaba perfectamente a la política de un solo hijo.

Como consecuencia de ello en la actualidad puede reconocerse un envejecimiento constante en la población de China, similar a lo ocurrido en otras sociedades asiáticas como la japonesa o la coreana. Esta realidad motivó al gobierno chino a flexibilizar la estricta política de “hijo único”, permitiendo que las familias tengan hasta dos hijos (2017). Y recientemente esta posibilidad se aumentó a tres hijos (2021). Esta flexibilización tuvo como consecuencia que en el último tiempo sólo se registraran 12 millones de nacimientos por año. En este sentido se advierte una dinámica de reducción de la población de entre 0 a 14 años del 36 % en 1980 al 17,7 % en 2020. A su vez los pronósticos muestran que para el 2025 habrá un grupo de personas muy envejecidas que rondará los 200 millones, con los problemas que esto implica para el sistema de pensiones y de seguros de salud.

Cabe destacar que el Partido Comunista de China realizó la enmienda a la Ley de Población y Planificación Familiar, permitiendo a las parejas tener hasta tres hijos y cancelando otras medidas más restrictivas como, por ejemplo, multas para personas que violasen la ley por tener más hijos de los permitidos, a la vez de presentar otras propuestas para aumentar la igualdad en los lugares de trabajo y mejorar la infraestructura del cuidado de los niños y niñas, entre otras. Según el último censo nacional realizado en noviembre de 2020 la tasa de fertilidad de ese año se redujo a 1,3 hijos por mujer (Vallefn, 2021). Asimismo, en la pirámide de

población el porcentaje de personas mayores de 65 años alcanzó en 2020 casi el 12 % del total de la población, mientras que en 1990 la población del mismo rango etario representaba el 5,6 %; en el año 2000 el 6,81 % y en 2010 el 8,07 % del total². Según las estadísticas el salto cualitativo se produjo en esta última década.

Continuando con el análisis de estas variables, destacamos que hacia fines de la década del setenta tuvo lugar un cambio económico importante en el país, producto de la política de modernización que comenzaba a implementar Deng Xiaoping con la creación de las Zonas Económicas Especiales (ZEE)³ en las ciudades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou, en la provincia de Guangdong y Xiamen en Fujian, ambas provincias ubicadas en el sureste de China. A partir de esta decisión estratégica para el crecimiento económico, fue requerida en estas ZEE abundante mano de obra (y capital) para el desarrollo industrial de estas regiones, lo que significó también una experiencia piloto para el país. En la década del 70 y 80 China contaba con población muy joven (en 1989 el 65 % de la población se ubicaba en la franja de entre 15 y 64 años de edad), la cual fue requerida como fuerza laboral de las industrias productivas y de infraestructura de las zonas de referencia. Se produjo entonces una importante migración del campo hacia las ciudades. Se fueron creando en estos contextos nuevas ciudades, ciudades satélites y más adelante ciudades eco sostenibles, todo lo cual también alertó al gobierno sobre el surgimiento de otro problema: la “urbanización explosiva”. Como resultado se produjo un cambio bastante abrupto en la distribución geográfica de la población china en pocos años. Según datos recientes más del 60 % de la población del país vivía en centros urbanos en el año 2019⁴ y en 1999 el PNUD había estimado que el porcentaje de urbanización rondaba el 31,6% de la

² Disponible en web del Banco Mundial: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SP.POP.65UP.TO.ZS?locations=CN>.

³ Según lo analizan varios autores, desde que se iniciaron las ZEE en 1979, las mismas han capturado la atención nacional y mundial, siendo estas primeras regiones consideradas como un modelo con implicaciones significantes para las cuatro modernizaciones, es decir: han creado una enorme riqueza material, fueron líderes en las áreas de afluencia y proporcionaron nuevas tecnologías científicas y experiencia avanzada al interior del país (Chu y Wong, 1985:213-214, citado en Orozco Plascencia, 2009).

⁴ Según estadísticas disponibles en National Bureau of Statistics of China (2020).

población total (PNUD, 2015), con lo cual esta cifra se duplicó en tan solo veinte años. El hecho de que China haya sancionado (1979) la ley sobre empresas conjuntas de capital chino-extranjero, no solo facilitó la inversión extranjera en las regiones mencionadas, sino que generó mayor intercambio de personas e ingreso de extranjeros hacia el país.

Ahora bien, si atendemos a la tendencia de la sobrepoblación que experimentaron algunos centros urbanos en China, es necesario explicar que los movimientos campo-ciudad también tuvieron que ser regulados ya que presentaron una dinámica propia, producto de las reformas económicas (particularmente de las reformas del sistema de producción agrícola estatal) y del sistema de registro de residencia permanente que existe en China denominado *hukou*. El *hukou*, fue introducido en 1958 con el fin de controlar la movilidad interna de la población china y diferenciar los servicios del Estado en función de la zona de residencia de cada persona. Existen dos tipos de *hukou*: el agrícola y el no agrícola. Con el tiempo este atributo se ha ido transmitiendo de generación en generación, debiendo registrarse el lugar de residencia al nacer, lo cual también limitó la libre movilidad interna de las personas. En algún sentido este sistema de certificación de residencia fue creando una estratificación social en China y cierta diferenciación en el acceso a los servicios de educación y salud, incluida la planificación familiar, generándose también una situación de discriminación hacia los ciudadanos chinos en movimiento dentro de las propias fronteras nacionales, especialmente de zonas rurales a las zonas costeras urbanas donde el desarrollo económico ha sido superior (Staiano, 2014 citado en Bogado Bordazar, 2020).

En la actualidad esta situación está siendo revisada por las autoridades chinas, ya que, como ha quedado demostrado con las altas tasas de crecimiento urbano, las personas se movilizan igual, aun cuando saben que su situación será de desprotección jurídica y de imposibilidad de acceso a servicios sociales, educativos y de salud. Cabe mencionar que una persona puede solicitar la modificación de su *hukou*, pero requiere de la realización de un trámite que puede variar en complejidad de región en región y según se trate de un cambio de residencia temporal o permanente (Staiano, 2014). La flexibilización del *hukou* permite actualmente

como paso previo la movilidad hacia ciudades más pequeñas para pasar posteriormente a las grandes urbes (Bogado, 2020).

Por último, es importante analizar el fenómeno de la migración internacional desde y hacia China. Sobre las rutas de la emigración china debemos mencionar que históricamente el primer destino fue la región Asia Pacífico (AP), debido fundamentalmente a que la mayoría de los países comparten rasgos culturales y tradicionales y a que la región se consolidó como una zona de gran desarrollo dinámico en las últimas décadas, lo cual atrajo en forma permanente migración de la República Popular China. Esto, vinculado a algunas de las variables demográficas descritas anteriormente (superpoblación, restricciones de movilidad interna y pobreza), definieron a la emigración como una “válvula de escape” importante en algunas etapas y regiones.

Desde el establecimiento de la República Popular China, la política migratoria tuvo varias etapas que fueron variando desde una política de restricción emigratoria o también denominada “retención forzosa”, la cual implicó desarrollar controles fronterizos, hasta una etapa de mayor flexibilización a partir de las reformas económicas, políticas y sociales del gobierno de Deng Xiaoping (1978) que permitió a los ciudadanos chinos –entre otras medidas- la posibilidad de reunificación con sus familiares que habían emigrado al extranjero. La apuesta al multilateralismo del país y las políticas de cooperación regional facilitaron una mayor movilidad laboral en toda la región AP, favoreciendo el establecimiento de acuerdos de seguridad social y reconocimientos de años de servicios de los migrantes. No podemos dejar de mencionar el impacto que han tenido en el desarrollo de varias regiones de China las remesas y las inversiones de los migrantes de ultramar (*overseas chinese*), los cuales fomentados por las redes de relaciones continuaron las vinculaciones con su sociedad de origen, constituyéndose en palabras de Sergio Cesarín (2021)⁵ en “verdaderos activos en el marco del capitalismo confuciano

⁵ Cesarín Sergio (2021), concepto pronunciado en discurso sobre China y las Relaciones Internacionales en el marco de la Especialización de Estudios Chinos del Instituto de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de La Plata (17/5/21).

de redes”. Finalmente, cabe destacar que en la actualidad China todavía es bastante restrictiva con el ingreso de migrantes. Sin embargo hasta inicios de 2020 (época pre pandemia), esta restricción fue flexibilizada habiéndose aumentado los permisos y visas para extranjeros, así como también las posibilidades de becas estudiantiles, siendo China el principal destino para los estudios en el extranjero en Asia en 2019⁶.

En síntesis, la política demográfica de China continúa siendo en la actualidad una política de mucha intensidad. Si hacemos un breve balance de la misma en los más de setenta años de la República Popular China, podremos advertir que tuvo aciertos y errores. Aunque las problemáticas han ido variando a lo largo de los años y actualmente parecen no presentar la misma “gravedad” que en tiempos pasados, igualmente han requerido de un análisis profundo y de una gestión y planificación permanente –acorde con los proyectos de largo y mediano plazo que han caracterizado al Partido Comunista Chino según su visión estratégica de comunidad de destino compartido para su sociedad. No en vano la idea del “pueblocentrismo” que el gobierno ha dejado trascender en los últimos tiempos ubica al humanismo como su principio filosófico sustancial y al pueblo en el centro de todas sus políticas de estado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bogado Bordazar Laura y Staiano, María Francesca (2021), Cien años del partido Comunista de China y sus principales estrategias de cooperación con América Latina, en: Staiano & Molina (compiladores), *El centenario del Partido Comunista de China (1921-2021)*, Asociación Venezolana de Estudios sobre China e Instituto de Relaciones

Internacionales de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP).

Bogado Bordazar, Laura (2020), *¿Migración de ultramar moderna? Principales flujos y proyecciones de la migración china en la región Sudamericana. El caso del Mercosur*.

⁶ <https://news.cgtn.com/event/2020/foreignersinchina1949-2020/index.html?from=groupmessage&isappinstalled=0>

En: Brazilian Journal of Latin American Studies, Cadernos Prolam, USP, Brasil.

Gernet, Jacques (1991), El mundo chino, Editorial Crítica, Barcelona.

Orozco Plascencia, José (2009), “*La creación de zonas económicas especiales en China: impactos positivos y negativos en su implementación*”, en Revista Portes, México. Disponible en: <http://www.portesasiapacifico.com.mx/revistas/epocaiii/numero6/5.pdf>.

PNUD, Human Development Report. Work for Human Development, 2015 (2015). Disponible

en: http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/HDR%202015/HumanDevelopmentReport_EN.pdf.

Staiano, María Francesca (2014), La ley sobre la población y la planificación familiar de la RPC: un camino de desarrollo del sistema jurídico interno chino en el marco del derecho internacional, en: Staiano M.F. (coord.), *El ordenamiento jurídico de la República Popular China en el marco del Derecho Internacional: planificación familiar, migraciones y cooperación*, Instituto de Relaciones Internacionales e Instituto Confucio, UNLP.

China en la agenda ambiental

Entre el liderazgo internacional y el cambio climático

Ludmila Cortizas*
Juan Cruz Margueliche**

China y el ambiente en la escala local

La preocupación de China sobre el Medio Ambiente no nace en la actualidad. Autores como Salamanca y Eschenhagen (2008) aluden que la preocupación del ambiente por parte de China surge del sistema tradicional de pensamiento chino donde el hombre formaba parte integral del Cosmos. El taoísmo, ponía énfasis en la armonía que debía existir entre los seres humanos y la naturaleza. Pero esa perspectiva “naturalista”

* Laboratorio de Investigaciones del Territorio y el Ambiente (CIC, PBA). Centro de Investigaciones Geográficas, Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

** Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Integrante del Centro de Estudios Chinos del Instituto de Relaciones Internacionales de la misma universidad. Integrante del Grupo de Trabajo CLACSO China y el mapa del poder mundial.

del pensamiento chino tradicional, donde lo ambiental cobraba un rol central, colisionó fuertemente con el estrepitoso desarrollo impulsado en la década del '70 del siglo XX por las autoridades chinas a través del modelo de apertura. Sin embargo, en los últimos años, el gigante asiático ha iniciado un camino (geo) político para mejorar las condiciones ambientales generadas por el modelo económico impulsado. Según el Foro Económico Mundial (FEM), China está adoptando medidas para desmantelar las centrales eléctricas de carbón, y de esta manera poder disminuir los niveles de emisiones generales y reducir las tasas de emisión de partículas. Estas propuestas políticas, las están acompañando también a través del rediseño de las arquitecturas institucionales. El antiguo Ministerio de Protección Ambiental se ha transformado en la actualidad en el Ministerio de Ecología y Medio Ambiente (MEE), un nuevo organismo con responsabilidades más amplias ya que se considera que el abordaje de los problemas ambientales debe requerir acciones integrales. Pero los cambios también se están pensando en políticas concretas. Song (2018) menciona la propuesta de “las zonas de desarrollo sostenible¹” donde se busca implementar diferentes acciones para el tratamiento del agua, el aprovechamiento de residuos, la restauración ecológica y la inteligencia artificial para resolver problemas que van desde la administración de los recursos hasta la contaminación, utilizando la tecnología digital para promover las finanzas ecológicas. También los medios de comunicación hacen mención a la fuerte problemática que China está padeciendo en la contaminación del aire, la creciente urbanización, el crecimiento masivo del parque automotor, el uso constante de energía basada en carbón, entre otras cuestiones. Estas problemáticas están generando fuerte presión y preocupación en las autoridades chinas ya que atentan directamente al funcionamiento de la organización política del país. Por lo cual el proyecto ecológico no se centra solamente en la política exterior, sino que cobra relevancia en las preocupaciones y necesidades locales.

¹ Esta denominación nos recuerda la propuesta de las Zonas Económicas Especiales (ZEE) impulsadas en China en la década del '80 del siglo XX como una estrategia de “Globalización selectiva y orientada”. Para el caso “las zonas de desarrollo sostenible”, China pretende ir reconfigurando sus matrices de producción en algunos territorios como Shenzhen, Guilin y Taiyuán buscando por un lado ir avanzando con la propuesta de reducir la contaminación sin acelerar un cambio radical en sus estructuras productivas locales; y por el otro, ir generando una transición planificada y organizada.

China y el ambiente en el escenario internacional

Desde que Estados Unidos anunciara su retiro del “Acuerdo de París” a través de la postura de Donald Trump², China (principal competidor económico y político a nivel mundial) viene haciendo el esfuerzo para asumir un rol protagónico en la lucha contra el cambio climático (Díaz, 2019) y a su vez en la defensa del desarrollo de países emergentes. La idea de China es poder ir generando un escenario de liderazgo y autoridad en este rubro. De esta manera busca acercarse a los países en desarrollo para defender por un lado, el derecho a desarrollarse y por el otro para que no asuman un exceso de responsabilidades en el cambio climático. Pero a su vez, también presiona a otros Estados líderes con la propuesta de rediseñar y reestructurar la actual forma de producción de las industrias. En línea con esta idea se propone disminuir las emisiones de dióxido de carbono en su territorio, pero (de manera contradictoria) amplía sus inversiones y producciones a escala global.

Según Ríos (2017) el paradigma energético de China ha cambiado. Los papeles se han invertido en relación a lo que proponía EE.UU. y la Unión Europea. Hoy es China quien propone y se dispone a avanzar en el liderazgo de las problemáticas ambientales. Ríos (2017) recuerda como China se desentendió del Protocolo de Kioto, reaccionando oficialmente rechazando cualquier atribución de las responsabilidades a los países en desarrollo. China descansaba en la postura de que los mayores esfuerzos debían venir de la mano de los países desarrollados. En el 2009, en la Cumbre de Copenhague, China continuaba su visión y posición de ponerse al frente de la representación de los países emergentes para reivindicar (se) su derecho al desarrollo económico (Ríos, 2017). La discusión que se da en la actualidad gira en torno al derecho al desarrollo económico como a las obligaciones y responsabilidades en el impacto que éste produce en el ambiente. Por lo que el debate está intentando adoptar una perspectiva que entiende al desarrollo del país desde una perspectiva integral, atendiendo a lo económico, pero también a los

² Aludiendo que el Acuerdo de París no fue diseñado para salvar al ambiente, sino por el contrario para matar la economía estadounidense, y con ello afectar a los trabajadores.

otros múltiples componentes que lo acompañan, como lo social, lo ambiental, cultural, etc.

China al igual que otras potencias también quieren defender su derecho al desarrollo. Ese modelo de desarrollo criticado por EEUU, China lo viene llevando adelante bajo fuertes contradicciones, principalmente ligadas al impacto ambiental que la producción genera a gran escala. Esta cuestión es vista de manera ambivalente por el resto del mundo, porque por un lado, los diferentes impactos ocasionados en el ambiente son una realidad, pero por otro lado, las miradas positivas también están latentes frente a la existencia de grandes inversiones -en infraestructura e industrias- que benefician a algunos sectores (Salamanca y Eschenhagen, 2008). Liu y Diamond (2006) nos describen cómo funciona la relación entre las exportaciones e importaciones chinas en la temática ambiental. La llegada de materias primas y de productos no manufacturados en gran medida reducen el consumo de recursos domésticos, el vertido de contaminantes y los usos de fertilizantes. Y a su vez, con la importación de petróleo y gas natural se colabora en la reducción de la quema de carbón. En cuanto a la exportación de ciertas producciones, si bien salen del país dejan consecuencias importantes en la utilización intensiva de recursos. En base a esta relación entre la salida y entrada de producciones, China se encuentra en la encrucijada de que en ambos casos la problemática ambiental adquiere consecuencias locales y globales.

Por último, hace unos años, China lanzó la Iniciativa de Gestión de Riesgos Ambientales para las inversiones chinas en el extranjero. Se busca también pensar soluciones ecológicas para disminuir los impactos en el desarrollo de la Iniciativa *Belt and Road*, en donde el rol de las instituciones financieras y de las empresas chinas serán vitales para mejorar la gestión del riesgo ambiental de sus inversiones en el extranjero y adoptar así principios de inversión responsable (Song, 2018). En este sentido, los proyectos en el exterior serán una propuesta visible a los ojos de los medios de comunicación, del mundo Occidental y del sistema internacional. Y además, se podrá visualizar si el discurso esgrimido por China en términos ambientales solo se centrará en una mera disputa de liderazgos discursivos, o fehacientemente apunta a trabajar en mejorar la

delicada relación entre desarrollo y ambiente, ya sea de forma doméstica como a escala global.

En este contexto se inserta China en la discusión ambiental internacional. China insiste en pronunciarse a favor del *Principio de responsabilidades comunes, pero diferenciadas* en donde se busca balancear las obligaciones convencionales de los Estados de conformidad con el nivel y necesidades de su desarrollo. Para Cerde Dueñas (2016) la noción de diferenciación puede ser encontrada en algunos instrumentos de desarrollo económico, pero fue desarrollado de una mejor forma como consecuencia de las diferencias históricas en las contribuciones de los Estados desarrollados y en desarrollo a los problemas ambientales globales y a las diferencias en sus respectivas capacidades económicas y técnicas para afrontar estos problemas.

Algunas consideraciones preliminares

Producto de este recorrido, surgieron una serie de consideraciones e interrogantes para seguir pensando en el rol del gigante asiático como potencia económica mundial y con gran intervención en los debates por el ambiente. La discusión en torno al avance de la producción *versus* el cuidado ambiental está más latente que nunca, por lo que cabe preguntarse ¿en qué medida una potencia económica mundial como China podría sostener su posición contemplando la sostenibilidad del ambiente? ¿Podría plantear un modelo de desarrollo diferente teniendo en cuenta todos sus componentes? ¿Estaría dispuesto a proponer dentro del modelo que lleva adelante (sabiendo todo lo que implica), algunas medidas paliativas?

Resulta complejo responder a estas preguntas teniendo en cuenta que bajo el sistema capitalista en el que estamos insertos, el modelo de producción difícilmente es cuestionado, y aún está muy alejado de lo que se puede considerar un desarrollo integral, que contemple un desarrollo social, ambiental, cultural, y económico. ¿Dónde queda la “sostenibilidad” en este contexto? ¿Qué implica realmente ser sostenibles y sustentables

económicamente hablando? Sin dudas, las responsabilidades son más que compartidas y a su vez diferenciadas, pero las discusiones sobre los modos y las maneras continúan siendo una tarea pendiente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cerde Dueñas, Carlos (2016). *El principio de responsabilidades comunes pero diferenciadas*. Revista Tribuna Internacional. Vol. 5 Nro 10. Recuperado de: <https://tribunainternacional.uchile.cl/index.php/RTI/article/view/44493>
- Díaz, José (2019). *China busca el liderazgo ambiental* | Servindi - Servicios de Comunicación Intercultural. Recuperado de: <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/23/04/2018/china-busca-el-liderazgo-ambiental>
- Liu, Jianguo y Diamond, Jaret (2006). *El medio ambiente de China en un mundo globalizado. Cómo se interrelaciona China y el resto del mundo*. Ars Medica. Revista de Humanidades; 2:228-255. Recuperado de: http://www.dendramedica.es/revista/v5n2/El_medio_ambiente_de_China_en_un_mundo_globalizado._Como_se_interrelacionan_china_y_el_resto_del_mundo.pdf
- Ríos, Xulio (2017). *China: el gran salto ambiental*. Estudios de Política Exterior. Economía Exterior n° 81. Recuperado de: <https://www.politicaexterior.com/articulo/china-el-gran-salto-ambiental/>
- Salamanca, Sandra y Eschenhagen, María Luisa (2008). *Políticas ambientales, crecimiento económico y sus impactos ambientales en China*. Oasis n° 13. Enfoques egionales. Colombia, pp 225 – 252. Recuperado de: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/2450>
- Song, Sha (2018). *China se está volviendo ecológica. Aquí le mostramos cómo*. | Foro Económico Mundial. Recuperado de: <https://es.weforum.org/agenda/2018/05/china-se-esta-volviendo-ecologica-aqui-le-mostramos-como-c740d8c4-e89d-4880-8370-15f8b9b51097/>
- Zhu Dandan y Xu Qiyuan (2016) *China's Embrace of the UN Post-2015 Development Agenda*. China Q of Int' l Strategic Stud 2016.02:153-168. Downloaded from www.worldscientific.com by 190.193.46.168 on 05/04/19. Re-use and distribution is strictly not permitted, except for Open Access articles.

Entrevista a Tulio Cariello

Director de Investigación del Consejo Empresarial Brasil-China

Lourdes Regueiro Bello*
Wagner Iglecias**

P: Cuáles son los principales rasgos de la relación económica entre China y Brasil hoy y para donde apuntan las tendencias para los próximos años?

R: Es una relación muy reciente. China solo despuntó como socio comercial relevante de Brasil a partir de la primera mitad de los años 2000, cuando nuestro comercio con China comenzó a tener un crecimiento mayor. Eso tiene que ver con el ingreso de China a la OMC y con la internacionalización de las empresas chinas que pasaron a invertir cada vez más en el mundo y encontraron en Brasil un destino interesante para invertir. El gran marco de la relación bilateral es 2009 porque fue el año que China sobrepasó a EEUU y Argentina, en aquel mismo año, convirtiéndose en el primer destino de las exportaciones brasileñas. En

* Investigadora del Centro de Investigaciones de Política Internacional (CIPI), de Cuba, y co-coordinadora del Grupo de Trabajo CLACSO China y el mapa del poder mundial.

** Docente del Programa de Posgrado en Integración de América Latina de la Universidad de Sao Paulo y co-coordinador del Grupo de Trabajo CLACSO China y el mapa del poder mundial.

2013 China también sobrepasó a toda la UE como principal socio comercial de Brasil. Y mantenemos este escenario creciente. Sin embargo hay una gran dependencia que Brasil mantiene en relación a China. En el año 2000 China representaba solo 2% de las exportaciones brasileñas, en 2010 llegó a 15%, en 2020 30% y este año ya alcanza a 34%. Eso es bueno por un lado porque muestra que es un país que tiene una demanda creciente por las mercancías que tenemos para exportar (soja, hierro, crudo, los tres productos principales, y proteína animal y celulosa). Por otro lado solo importamos manufacturados de China. Y no importamos solo los productos finales, sino también insumos para la industria brasileña, lo que representa una herramienta importante para el propio desarrollo de la industria nacional. Vivimos en un mundo globalizado y es muy difícil imaginar un país que logre satisfacer toda su demanda para la producción industrial solo con insumos locales. El problema es la dependencia que tenemos de pocos productos en nuestra relación comercial con China. Casi 70% de toda la soja que exportamos al mundo tiene a China como destino.

Qué pasaría si China por alguna razón buscara otros proveedores de soja, como empieza a hacer con algunos socios en África? En corto plazo pocos países tienen capacidad de exportar soja en la cantidad demandada por China, como EEUU y Argentina, más allá de Brasil. Sin embargo no podemos depender solo de esta relación. Entonces el escenario de comercio que tenemos es este hoy. Para dónde eso va caminar? Es un poco ilusorio imaginar que Brasil será capaz de exportar productos manufacturados de manera que eso tenga mucho peso en nuestra balanza comercial. Creo que la mejor estrategia sería agregar valor en el agronegocio, en lo cual Brasil ya es bastante competitivo. Podemos por ejemplo pensar en exportar soja más beneficiada, no solo en granos. Conquistamos también un espacio importante en el mercado de proteína animal. China es nuestro principal comprador de carne de res, carne de puerco y carne de aves.

Podemos agregar valor en estos segmentos también. Otras oportunidades podrían estar en los mercados de bebidas y alimentos procesados. Otro mercado importante sería la moda donde hay un renglón muy demandado de Brasil en el exterior. Creo que el desafío es pensar en lo que

es posible. Anadir valor a los productos que ya se exportan. No vamos a vender máquinas o vestidos para China. En estos segmentos ellos son mucho más competitivos. El enfoque debe ser en el agro, pero diversificando la cantidad de los productos, aún muy *commoditizados*.

P: Cree que la “fórmula brasileña” para permitir la participación de Huawei a través de proveedores locales en la reciente licitación de la 5G, con toda la polémica sobre datos sensibles de gobiernos y la seguridad nacional (Brasil dio entrada a la Huawei para el mercado comercial pero no a las comunicaciones estatales), será replicada en otros países latinoamericanos ya que el tema de la 5G es el que está en la agenda en ALC?

R: En relación a Huawei, es importante señalar que todo este embrollo que está pasando en relación a la empresa es por pura presión de los EEUU. Presión que comenzó durante el gobierno Trump, y que se mantiene, aunque muchos imaginamos que con Biden esto cambiaría. De hecho se cambió un poco, pero esta pugna entre EEUU y China va a nortear toda la relación entre las dos potencias y tener influencia sobre las relaciones internacionales en todo el mundo. Huawei está en el mercado brasileño hace más de veinte años. Se trata de un fabricante de teléfonos móviles, lo que es diferente de lo que hacen las empresas de telefonía. Como se sabe el actual gobierno brasileño tiene una tendencia natural a alinearse con EEUU. Eso era más fuerte con Trump y menos con Biden. Pero no miro esto con preocupación. La preocupación de Washington sería con espionaje en el caso de que Brasil opte por tener equipos de Huawei en la estructura de las redes 5G, lo que podría perjudicar los acuerdos de cooperación militar entre Brasil e EEUU. Sin embargo los dos países son socios históricos en la senda el ámbito militar, lo que estaría muy lejos de poder afirmarse se está muy lejos de afirmar sobre la relación entre China y Brasil. Nosotros en Brasil tenemos muchas más razones históricas para desconfiar de EEUU que de China. En el gobierno de la expresidente Dilma Rousseff por ejemplo hubo aquel escándalo de espionaje del gobierno de EEUU en relación a empresas brasileñas y al gobierno de Brasil. En este sentido me parece muy “curioso” que EEUU tengan esta preocupación que una sociedad de Brasil con Huawei pueda resultar en

espionaje. Nosotros tenemos que pensar en los intereses de Brasil, que debe hacer sus pensar las opciones con una visión pragmática, sin preocuparnos con lo que EEUU o los chinos van a pensar. Si Huawei ofrece el mejor producto, con precios competitivos, deberíamos hacer la opción por Huawei. Si Ericsson, por ejemplo, ofrece mejores condiciones, que se haga la opción por Ericsson. Hoy no hay ningún espacio totalmente seguro en la internet. La vulnerabilidad es general, no importa si el proveedor es chino, sueco, estadounidense. No veo motivaciones para tener una preocupación excesiva con China. Nuestra relación es estratégica desde el punto de vista económico, pero en otros campos es incipiente.

P: Realmente ha sido inteligente esta decisión brasileña de segmentar el mercado de las redes comerciales y las redes estatales. Esto es resultado de un algún consenso con empresarios de otros países de la región o fue una opción solamente brasileña?

R: Creo que es una buena idea esta segmentación. Como decimos en Brasil, jamás se deben poner todos los huevos en la misma canasta. Si hay algún tipo de vulnerabilidad en algún segmento más estratégico, como el militar. Lo que pienso es que la interferencia política estadounidense en este tema genera mucho prejuicio en lo que Brasil debería estructurar como estrategia de largo plazo en esta área del 5G. No necesitamos ser pro China o pro Huawei, debemos ser pro empresa que ofrezca el mejor servicio. Eso es el mercado. No tenemos ninguna obligación de tener una relación preferencial con la empresa X, Y o Z. Por eso la opción es hecha por subasta. Si no fuera así las decisiones serían sumamente políticas. Es fundamental que sigamos la premisa de que estas decisiones estén presididas por el interés brasileño. Y yo no estoy en condiciones de decir cuál es, porque esto no es claro incluso para el Estado brasileño, que no tiene una visión de largo plazo para este tema.

P: La pauta de inversión china en la región ha ido cambiando. Se acercó a nuestros países con inversiones en el sector agrícola y minero, pero hoy son los temas de infraestructura, de la ruta digital y sanitaria de la seda. Para el caso concreto de Brasil ¿también está ocurriendo

este cambio, aunque que el país no tenga un memorándum de entendimiento con la Iniciativa de la Franja y la Ruta?

R: Si, hay estos cambios. Brasil hoy es el mayor receptor de inversiones chinas en América del Sur. Según los más recientes datos que elaboramos en el Consejo Brasil recibe hoy 47% de todo lo que China invierte en América del Sur. Según la red América Latina – China liderada por el profesor Enrique Dussel si se considera toda América Latina y el Caribe es también Brasil quien lidera con 36% del total de las inversiones chinas en la región. No importa la perspectiva desde la que se vea, Brasil es el centro de gravedad de las inversiones chinas en América Latina o América del Sur. En relación a nuestro contexto más próximo, que es América del Sur, las inversiones chinas son complementarias al comercio, en todos nuestros países. Minerías y petróleo, básicamente. En el agro mucho menos. No desean por ejemplo comprar tierras.

P: No desean comprar tierras?

R: Si, en el caso brasileño las cuestiones legales y burocráticas eran tan complicadas y tan difíciles que los chinos desistieron. No quieren saber de eso hoy. Pasaron a invertir en toda la parte de infraestructura agrícola: empresas químicas, fertilizantes, semillas, logística de exportación, como puertos y autopistas, o sea, todo que tiene que ver con infraestructura que pueda abaratar los costos del comercio de los productos agrícolas. En el pasado este comercio agrícola entre Brasil y China era triangular, intermediado por empresas europeas o estadounidenses como Bunge y Cargill. Esto no hacía ningún sentido para los chinos, depender de una tercera empresa para poder importar soja.

Entonces, qué hicieron los chinos? La Cofco (Chinese Foods Limited), que es la más grande empresa de alimentos del mundo, empezó a invertir en Brasil. Hoy esta empresa ya tiene el control de la producción y de la infraestructura logística de exportación. En 2007 los chinos tenían planes de inversión en minerías y petróleo. Y después empezaron a invertir en sectores industriales (industrias química y automotriz). Y hoy las inversiones son primordialmente en el área de infraestructura eléctrica, como

en los casos de China Tree Gorges y de State Grid Corporation. La mayor parte de las inversiones de estas empresas en el exterior está en Brasil, entonces el Brasil es estratégico para estas empresas también. No veo este escenario cambiando en los próximos años, aunque piense que hay posibilidades de inversiones en áreas de tecnología. Y Brasil es un mercado importante para esto, para internet etc. Entonces a lo largo de los años hubo cambios en relación a los intereses chinos en Brasil.

P: El Consejo Empresarial Brasil China publicó un estudio sobre cooperación entre China y Brasil en los temas de sustentabilidad, ciencia y tecnología. Podrías comentar un poco sobre las conclusiones que llegaron en este estudio y también cómo ve la relación entre los países en cuestiones como economías verdes, medio ambiente, disminución de emisión de carbono en la minería y la agenda ambiental global en general?

R: Yo no fue el responsable por esta publicación, que fue coordinada por mi colega Claudia Trevisan. Creo que es siempre necesario pensar una relación con China a lo largo plazo, porque es así que los chinos piensan esta relación, y creo que nuestra relación con China aún es muy reactiva. Un antiguo diplomático chino que trabajó muchos años en Brasil siempre decía que no es Brasil quien vende a China, sino China quien compra de Brasil. En relación al tema de sustentabilidad creo que esto es un punto central de nuestra relación con China. Si tú analizas el más reciente Plan Quinquenal puedes ver que esta es una cuestión básica para Beijing en las próximas décadas. Es un punto que va a ser determinante del crecimiento chino. Ellos tienen conciencia de que son uno de los más grandes responsables por la contaminación ambiental en el mundo y Xi Jinping hace poco anunció la estrategia de volverse neutral en las emisiones de carbono en China hasta el 2060. No creo que haya ninguna garantía de que van a lograr este objetivo, sin embargo Brasil como un socio comercial importante de ellos en sectores muy intensos en energía y que contribuyen mucho para la contaminación ambiental, como minería, petróleo y agronegocio, debe pensar en una relación sustentable ambientalmente con China. En algunos años va a ser mucho más complicado exportar un tipo de soja que no contenga certificación de origen

y producido con estrategia sustentable. Lo mismo para la minería y el petróleo. En los próximos años el consumo de combustibles fósiles deberá disminuir en China porque ellos están desarrollando automóviles movidos por energía eléctrica, solar, eólico etc. y quieren disminuir también su dependencia del carbón. En relación a inversiones en tecnología creo que las empresas y el gobierno brasileños aún no lograron comprender lo que es la dimensión de la revolución tecnológica que China está llevando a cabo. Ellos son líderes en varios sectores. China hoy actúa en las fronteras del conocimiento: inteligencia artificial, internet de las cosas, el 5G, la economía digital y principalmente el comercio electrónico. Los mayores competidores de las grandes plataformas estadounidenses de e-commerce, incluso en las redes sociales, son empresas chinas. Falta un despertar sobre eso en Brasil. Las grandes innovaciones que vamos a conocer en los próximos años no necesariamente van a surgir en el Occidente. China no va a ser solo un gran competidor en estas áreas de tecnología con EEUU sino como un gran innovador en las formas como trabajamos y vivimos.

P: Como tú ves la decisión de Uruguay de firmar un tratado de libre comercio con China. El presidente Lacalle Pou dijo en la cumbre de Mercosur de 2020 que China se había acercado muchas veces de Mercosur buscando un acuerdo comercial y que Mercosur no había respondido. Como tú piensas que Mercosur va a digerir la decisión uruguaya, inclusive porque como se sabe los países del bloque solo pueden negociar conjuntamente con naciones de afuera.

R: Yo pienso que es muy complicado un país miembro negociar un acuerdo comercial con una nación de afuera porque eso va en contra las reglas del bloque. Para algunos sectores dentro del Mercosur, como el agrícola, es una buena idea, porque países como Argentina tienen otros productos para exportar más allá de los mismos que exporta Brasil. En el caso de Brasil nuestra industria sufrió con la competencia de manufacturas chinas en las últimas décadas. Las pocas pugnas que tuvimos con China fueron de naturaleza comercial. Sectores industriales brasileños tienen mano de obra calificada, máquinas de calidad, tecnología, pero tienen mucha dificultad para vender sus productos y aún más para exportar.

Entonces creo que un acuerdo comercial entre el Mercosur y China es poco factible hoy. La salida sería negociaciones producto a producto porque una negociación general como un acuerdo de libre comercio sería bastante compleja.

P: Cual es la situación de empresas brasileñas que hacen inversiones en China hoy?

R: No hay datos muy concretos sobre eso. Las informaciones más recientes que tenemos son de 2015. Sin embargo se puede afirmar que se trata de una relación muy asimétrica entre los dos países. Mientras China hace grandes inversiones en Brasil las empresas brasileñas no tienen gran presencia en el mercado chino. La excepción son algunas grandes empresas que ya tienen una relación comercial importante con China, como Vale, Petrobras y BRG Marfrig. Una vez más se ve el comercio pautando el tema de las inversiones. Sin embargo es una relación aún muy incipiente, y tal vez por un cierto desconocimiento del mercado chino. Las empresas brasileñas conocen mucho más el mercado estadounidense y también hay quienes piensen que invertir en el mercado chino es garantía de éxito. Y eso no necesariamente es verdadero. Cualquier sector que una empresa extranjera intentar invertir en China ya está ocupado por muchas otras empresas, incluso de otros países. Y Brasil tampoco tiene esta cultura de ser un gran inversionista en el mundo. No hay un problema específico en invertir en China, sino esta característica de no tener Brasil una tradición de inversión en el exterior.

P: Muchos países de América Latina y el Caribe ya firmaron acuerdos con Beijing para hacer parte de la Iniciativa de la Franja y la Ruta. Tú crees que con la eventualidad de un cambio de gobierno en Brasil en 2022 haya la posibilidad de que Brasilia proponga a Beijing su ingreso oficial en la iniciativa?

R: Tal vez Uds. se sorprendan con mi respuesta, pero yo no sé hasta qué punto es una ventaja a Brasil hacer parte oficialmente de la Iniciativa de la Franja y la Ruta. El país ya es, como mencionamos, el principal destino de las inversiones chinas en la región. Países latinoamericanos que

ya son parte de la iniciativa muchas veces no alcanzan una fracción de lo que Brasil recibe de inversiones. Creo que la oficialización de nuestra participación en esta iniciativa podría traer perjuicio a nuestra relación económica con EEUU. Es un equívoco este debate de que Brasil tiene que hacer una opción entre una ruta china o una ruta estadounidense. Podemos estar en los dos. Las inversiones chinas que ya tenemos hace años en Brasil tienen mucho este espíritu de la nueva ruta de la seda: infraestructura, energía etc. Creo que las inversiones chinas en nuestro país van a mantenerse independientemente de Brasil participar oficialmente o no de la iniciativa.

P: Como evalúas la cooperación sanitaria entre China y Brasil durante la pandemia con la provisión a Brasil de vacunas y de insumos farmacéuticos activos por parte de China? Que se puede esperar para desarrollo conjunto, incluso a nivel latinoamericano, de nuevas tecnologías sanitarias entre China y nuestros países y también del desarrollo de la industria farmacéutica en la región?

R: Creo que la posición negacionista del gobierno brasileño en los momentos más críticos de la pandemia produjo gran perjuicio. Por otro lado aquel hecho nos ha enseñado que las relaciones entre China y Brasil son descentralizadas. No necesariamente todo hay que pasar por el gobierno federal brasileño. Los estados brasileños, de forma independiente, ya tienen un dialogo muy cercano con China. El gobierno del estado de San Pablo, por ejemplo, mantiene una representación oficial en Shanghai. El Instituto Butantan, también de San Pablo, tiene un acuerdo de cooperación para el desarrollo de vacunas con SinoVac. Y esto ha sido muy importante como uno de los fundamentales proveedores de vacunas a Brasil. Y no menciono porque es un laboratorio chino, sino porque es de hecho uno de los más importantes y más grandes proveedores de vacunas en todo el mundo. China ha sido un socio fundamental en esta cuestión sanitaria. Cuando empezó la pandemia la provisión de equipos de protección individual a los profesionales de salud y mascarillas a la población en general por parte de China fue crucial para Brasil. Hay una sinergia muy importante entre los dos países en esta área sanitaria. Y no necesariamente pasando por el gobierno federal. Es muy importante que

haya esta descentralización para que los flujos de provisión sean inclusive más dinámicos.

P: Acerca de las relaciones entre los gobiernos subnacionales con el exterior, como actores internacionales articulando una política comercial propia, tú has hecho referencia en el tema de la salud. Esto pasa también en otras áreas?

R: La cuestión sanitaria es un buen ejemplo porque es una cosa que pasó hace poco y es de conocimiento generalizado. Sin embargo no es la primera vez que eso pasa. A mí me gusta de mencionar el ejemplo de los estados del Noreste de Brasil (Bahía, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande del Norte, Ceará, Piauí y Maranhao) de dialogar con China. Claro que la región Sureste de Brasil, donde están los estados de San Pablo y Rio de Janeiro, siempre logran atraer más inversiones, porque son regiones mucho más ricas, con más infraestructura, oportunidades de mercado etc. que el Noreste. Sin embargo en 2019 la región Noreste fue la que logró atraer más recursos chinos, no solo en cantidad de proyectos como en términos del volumen financiero. Y esto tiene que ver con esta estrategia de interlocución más directa e independiente con China. Y tiene que ver también con la creación del Consorcio Noreste, iniciativa de los gobiernos de aquella región. En el mismo año de 2019 siete gobernadores o vice gobernadores de los nueve estados del Noreste brasileño visitaron a China. En 2012 en nuestro Consejo ya habíamos publicado algunos textos que mencionaban este acercamiento.

P: China también está estimulando estas relaciones a través de la invitación de figuras públicas a visitar aquel país. ¿Esto que hablabas sobre China es producto del acercamiento de los estados brasileños a China o resultado de esta estrategia de invitaciones?

R: Creo que son los dos. Estados que son productores de bienes exportados a China, como soja o petróleo, dependen bastante de una buena relación con China. Sin embargo existe también esta política de invitaciones a personalidades brasileñas para que conozcan a China. Incluso a inicios del gobierno Bolsonaro algunos parlamentares de su base política

de apoyo en el Congreso Nacional de Brasil, que sostenían una visión anticomunista casi caricatural, recibieron invitación del gobierno chino y regresaron a Brasil, después de visitar China, con una opinión bastante diferente a la que tenían anteriormente sobre aquel país.

P: Como considerar que el Consejo Empresarial China-Brasil influye en las decisiones gubernamentales de Brasil en relación a China?

R: Uno de nuestros objetivos es la promoción de un buen ambiente de diálogo entre empresas brasileñas y empresas chinas con los gobiernos de Brasil y China. Trabajamos para disminuir el desconocimiento sobre China en la sociedad brasileña, e incluso en la Universidad. Obviamente que hacemos propuestas también al gobierno brasileño, desde algunas demandas del sector privado brasileño para profundizar las relaciones entre las dos naciones. Como la relación entre Brasil y China es fundamentalmente económica, el sector privado tiene un papel central, entonces es importante que el gobierno lo escuche. Y por gobierno pensamos no a Dilma, Temer o Bolsonaro, sino el Estado brasileño. Pensamos en una relación duradera y de largo plazo entre Brasil y China, y a nosotros cabe trabajar para tornar más accesible al gran público las informaciones sobre China, como las publicaciones en nuestro sitio y en las demás plataformas. Hacemos un trabajo propositivo.



Boletín del Grupo de Trabajo
China y el mapa del poder mundial

Número 5 · Noviembre 2021